

POVO INDÍGENA E A FORMAÇÃO MÉDICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

INDIGENOUS PEOPLE AND MEDICAL GRADUATION: AN EXPERIENCE REPORT

Karina Borges Chaves¹
Lara Gomes Silva²
Lorena Bruna Pereira de Oliveira³
Layla Dutra Marinho Cabral⁴

RESUMO

Em consonância com o direito universal à saúde conferido a todos os cidadãos brasileiros, torna-se importante assegurar uma assistência integral e eficaz à população indígena. Neste sentido, destaca-se a necessidade de uma abordagem de saúde que esteja atenta às particularidades dessas comunidades minoritárias, e para tal se faz essencial a abordagem de temas relacionados a programas de formação dos profissionais de saúde. O presente estudo visa identificar as percepções de alunas de graduação em medicina da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE acerca da importância de uma política de saúde inclusiva para os povos indígenas, assim como a inclusão da temática no curso de graduação. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, com a coleta de dados realizada durante estudos e atividades práticas do módulo "Saúde e Sociedade", abrangendo temáticas relacionadas à saúde indígena na UNIVALE, além da participação em projeto de pesquisa correlato. O atendimento indígena em nível nacional ainda evidencia muitas desigualdades. Nesse sentido, as instituições de ensino desempenham um papel crucial na formação de profissionais de saúde capazes de atuar competentemente junto à população indígena. Ressalta-se, portanto, a necessidade de fundamentar a capacitação e especialização desses profissionais em uma abordagem etnocultural, integrando saberes científicos e empíricos de maneira sinérgica. Essa abordagem se revela crucial para promover a saúde e garantir a adesão a práticas de cuidado nas comunidades indígenas.

Palavras-chave: populações tradicionais; saúde indígena; profissionais da saúde; estudantes de medicina; atenção primária à saúde.

¹ Estudante do Curso de Medicina da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE e voluntária em projeto de iniciação científica. e-mail: karina.chaves@univale.br.

² Estudante do Curso de Medicina da UNIVALE e voluntária em projeto de iniciação científica, e-mail: lara.gomes@univale.br.

³ Farmacêutica, doutora em Bioquímica e Biologia Molecular pela Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares - UFJF-GV, professora da UNIVALE, e-mail: lorena.oliveira@univale.br.

⁴ Farmacêutica, doutora em Ciências Fisiológicas pela Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG e professora da UNIVALE, e-mail: layla.cabral@univale.br.

ABSTRACT

In accordance with the universal right to health granted to all Brazilian citizens, it is important to ensure comprehensive and effective assistance to the indigenous population. In this sense, the need for a health approach that is attentive to the particularities of these minority communities stands out, and to this end it is essential to address topics related to training programs for health professionals. The present study aims to identify the perceptions of undergraduate medical students at Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE regarding the importance of an inclusive health policy for indigenous peoples, as well as the inclusion of the topic in the undergraduate course. This is a descriptive study of the experience report type, with data collection carried out during studies and practical activities of the "Health and Society" module, covering themes related to indigenous health at UNIVALE, in addition to participation in a project related research. Indigenous care at a national level still highlights many inequalities. In this sense, educational institutions play a crucial role in training health professionals capable of working competently with the indigenous population. Therefore, the need to base the training and specialization of these professionals on an ethnocultural approach is highlighted, integrating scientific and empirical knowledge in a synergistic way. This approach is crucial for promoting health and ensuring adherence to care practices in indigenous communities.

Keywords: traditional populations. indigenous health. health professionals. medical students. primary health care.

INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil no século XV, os povos indígenas têm enfrentado adversidades, tais como maus tratos, preconceito, trabalho forçado, descaso da sociedade e desigualdade social, evidenciadas pelo processo de colonização que incluiu práticas de escravidão, chacinas, epidemias infectocontagiosas e guerras, marcando a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas com opressão e abandono (GARNELO, 2012).

Reforçando as características de abandono, as políticas públicas relacionadas à educação e saúde implementadas durante o período colonial não eram inclusivas, comprometendo a integração e perspectiva de vida dessa população. Somente em 1986 ocorreu a primeira Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, na qual foram estabelecidos os princípios para o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS, que em 1988, reconhecendo alguns aspectos culturais indígenas, assegurou a saúde pública como um direito de todos (CIMI, 2013).

Assim, desde a promulgação da Constituição de 1988, políticas públicas têm sido implementadas para melhorar a qualidade de vida das comunidades indígenas, que em 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, abrangem mais de 1 milhão de indivíduos, correspondendo a 0,83% da população brasileira, distribuídos em 573 territórios indígenas. Esses dados destacam a diversidade da população nativa, exigindo uma atenção à saúde individualizada (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

No entanto, apesar dessa necessidade, observa-se uma deficiência na capacitação de profissionais de saúde para o atendimento adequado às populações tradicionais, e para atenuar tal fragilidade, mudanças têm sido promovidas no ensino, com uma reavaliação dos currículos para alcançar a excelência na formação acadêmica, visando a implementação de habilidades que contemplem o contexto de grupos minoritários, como as populações tradicionais, com especial ênfase no conhecimento das necessidades de saúde da população indígena (CASTRO, 2015).

Neste sentido, sabendo-se que as necessidades em saúde são definidas de acordo com a demanda de cada sujeito, compreender o adoecimento e o cuidado de cada pessoa implica articular diferentes aspectos da vida do indivíduo, como fatores históricos, econômicos, sociais, culturais, biológicos, ambientais e psicológicos que configuram uma determinada realidade sanitária (BATISTELLA, 2007). Torna-se, portanto, notória a importância do entendimento das questões da população indígena para a adequada promoção da saúde das populações tradicionais.

Além dos desafios históricos, a qualificação de profissionais capacitados para o atendimento à população indígena é uma fragilidade importante, pois o tema frequentemente não é integrado às grades curriculares de diversos cursos e universidades no país, fragilidade potencializada diante da escassa literatura disponível para pesquisas sobre essa temática,

Portanto, urge a necessidade de ampliar as discussões e abordagens sobre esse grupo minoritário e suas particularidades, que atualmente se apresentam limitadas e discriminatórias, com o objetivo de promover o bem-estar e buscar equidade nos cuidados com a saúde indígena.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo identificar as percepções de alunas de graduação em Medicina da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE acerca da importância de uma política de saúde inclusiva para os povos indígenas, assim como a inclusão da temática

no curso de graduação. Visando assim promover reflexões sobre a saúde indígena, viabilizando uma prática voltada para o bem-estar e a busca da equidade nos cuidados com a saúde.

MATERIAL E MÉTODO

Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência discente em projeto de pesquisa relacionado ao tema da saúde indígena e em atividades propostas pelo curso de medicina da UNIVALE.

A atividade de pesquisa, se relaciona ao contato com os profissionais de saúde da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena - EMSI que realizam atendimento à população tradicional a fim de promover reflexões relacionadas ao atendimento, suas fragilidades e potencialidades.

A fim de promover o desenvolvimento de habilidades sobre a temática, bem como orientar as ações relacionadas ao projeto de pesquisa intitulado percepção dos profissionais de saúde sobre o cuidado à saúde do povo indígena Maxakali, a busca ativa de artigos científicos, legislações e sites especializados foi conduzida e associada às atividades desenvolvidas no Módulo Saúde e Sociedade VI, integrante da grade curricular do 6º período do curso, possibilitando às discentes o entendimento das questões levantadas nos materiais científicos de forma crítica e contextualizada.

As buscas de materiais científicos foram realizadas através de leituras voltadas para o entendimento da cultura indígena, Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI, saúde do povo indígena bem como formação profissional voltada ao atendimento de grupos minoritários nas bases de dados *Scielo* e *PubMed*, enfocando a saúde indígena para garantir a obtenção de artigos específicos que contribuíssem para a construção de uma fundamentação teórica sólida. Essa estratégia de busca ativa não apenas facilitou a identificação de informações pertinentes, mas também fortaleceu a base de conhecimento essencial para embasar o estudo realizado no âmbito do projeto de pesquisa e do módulo cursado.

Ainda, as atividades propostas pelo módulo do 6º período realizadas em sala de aula contam com aprendizado da cultura indígena, relatos de vivência, explicação sobre o funcionamento do SIASI e tradução de questionários para atendimentos no Ambulatório Médico de Especialidades - AME. As ações propostas pelo módulo viabilizam também a coleta de dados através da observação dos participantes de entrevistas guiadas com a participação de mulheres indígenas que fazem parte da aldeia Maxakali, para orientação dos estudantes na

construção, pronúncia e tradução dos questionários, favorecendo a identificação de obstáculos e aprimoramentos relacionados, a fim de promover melhorias no atendimento e promoção da saúde do povo indígena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o decorrer dos anos, a humanidade enfrentou demasiadas transformações, e junto a isso, a medicina teve que se moldar a essa nova conjuntura, formulando novas técnicas, terapêuticas medicamentosas e novos protocolos que ajudam na cura e no tratamento de diversas doenças. Mas além de técnicas, para que haja o efetivo cuidado à saúde, faz se necessário um profissional ético, reflexivo e humanista capaz de relacionar a realidade da população em suas condutas (MACHADO; WUO; HEINLE, 2018).

Assim, para que o profissional esteja apto a desempenhar as atribuições esperadas imerso na realidade social adstrita, a formação dos futuros médicos também passa por mudanças, afastando-se do tradicional currículo fragmentado para adotar adaptações curriculares e metodologias de ensino mais autônomas e participativas evidenciando a relação e interação dos conteúdos e promovendo o protagonismo do aluno (MACHADO; WUO; HEINLE, 2018).

Tais mudanças curriculares devem corroborar para a efetivação dos direitos à uma assistência integral que respeite os costumes, voltada dos princípios do SUS como universalidade, integralidade e equidade a todos os povos do país (VIANA *et al.*, 2020). Entretanto, apesar de institucionalizada, a invisibilidade da saúde indígena durante anos fez com que os serviços disponibilizados pelo SUS incorporassem uma forma de funcionar e de atender sem contemplar as características próprias dos indígenas, desrespeitando o princípio da equidade do Sistema. Assim, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI faz referência a importância da capacitação dos profissionais para atendimento aos povos tradicionais, evidenciando a interculturalidade como imprescindível para compreensão e transformação no fazer saúde na interetnicidade (BRASIL, 2002).

Diante das diversas desigualdades presentes no atendimento indígena no âmbito nacional, destaca-se como importante fator de transposição a transculturalidade de cada povo, ressaltando a importância de superar barreiras culturais para construir relações de empatia, afeto e confiança, fundamentais para o diálogo sobre tratamento (VIANA *et al.*, 2020). Entretanto,

estudos apontam que a formação acadêmica enfrenta desafios, demonstrando falta de priorização da abordagem interétnica e intercultural, o que resulta em uma lacuna de preparação para lidar com os povos indígenas, evidenciada por meio das escassas universidades que proporcionam aos estudantes experiências em Terras Indígenas, ou ainda viabilizam de forma eficaz estratégias para os acadêmicos saberem lidar com a importância de cada comunidade, suas práticas e saberes de cuidado, o que acaba por limitar o entendimento das práticas culturais e sociais dos povos tradicionais (DIEHL; PELLEGRINI, 2014; CUERVO, 2015).

A percepção das autoras de que os cursos na área da saúde carecem de uma estratégia definida para abordar grupos minoritários como os indígenas, revela a falta de inclusão do tema nas disciplinas, além dos raros projetos de pesquisa e extensão envolvendo a temática, conforme também é evidenciado na literatura por Viana *et al.* 2020.

Convém ainda destacar que apesar de existirem ações de saúde implementadas pelo Ministério da Saúde voltadas para os povos tradicionais, nota-se abordagens muitas vezes destoantes, se restringindo à exposições pontuais e com poucas oportunidades de diálogo e discussão, não permitindo um amplo debate voltado às especificidades dos nativos e à efetivação do cuidado, evidenciando os impasses para que esse tema seja adequadamente trabalhado nos espaços acadêmicos.

As autoras destacam ainda a percepção obtida nas vivências de falta de capacitação dos profissionais de saúde, que nos cursos de graduação corriqueiramente não possuem acesso à formação adequadamente voltada ao atendimento a grupos minoritários, o que resulta em insegurança durante o atendimento, dificuldades na coleta de dados e exames físicos, exigindo maior empenho e dedicação para aprendizagem na prática. Quanto a isso, estudos apontam que além de uma formação competente, o entendimento da diversidade étnica, incluindo o conhecimento básico da língua nativa, se torna crucial para uma assistência qualificada e culturalmente sensível (FAGUNDES; FARIAS, 2011).

Assim, as pesquisadoras ressaltam que as dificuldades não estão somente no âmbito curricular, o atendimento da população apresenta impasses como na comunicação entre não-indígenas e indígenas falantes de idiomas completamente distintos como, por exemplo, os Maxakali, os quais em sua maioria não se expressam na linguagem portuguesa. Assim, diante de indígenas com pouco domínio da língua portuguesa e médicos, que não compreendem a língua nativa, o efetivo cuidado à saúde se torna muitas vezes fragilizado.

Para reduzir as deficiências relacionadas ao efetivo cuidado à saúde indígena, as Instituições de Ensino Superior - IES têm papel fundamental na formação de profissionais de saúde capazes de atuarem de forma competente juntamente à população indígena. A integração das IES com as comunidades indígenas seja por meio de projetos de ensino pesquisa, extensão ou atividades práticas, proporciona uma vivência da realidade considerando a prática profissional e complementando a formação acadêmica, reforçando teorias de que afirmam que a formação de profissionais deve ser além da sala de aula (BUCHABQUI; CAP; PETUCO, 2006; DE CASTRO, 2015).

Em instituições que incluem a temática da saúde indígena, como a UNIVALE, espera-se a formação de profissionais competentes para desenvolverem a integralidade do cuidado à saúde dos povos tradicionais promovendo os princípios da equidade e solidariedade.

As atividades desenvolvidas no curso de medicina da UNIVALE promovem abordagem interdisciplinar com ênfase em aspectos biopsicossociais relacionados à saúde coletiva, promovendo atividades teóricas e práticas, atividades de pesquisa e extensão, simulações e atendimentos reais à população indígena no AME da instituição, subsidiando a formação de profissionais de saúde capacitados e treinados para atender esse grupo minoritário.

Ao se falar da educação médica no que tange a saúde indígena, emergem questionamentos, diferenças sociais e culturais, nunca antes enfrentadas ou indagadas seja dentro ou fora do cenário universitário. Assim as autoras percebem o quão necessário é falar sobre a saúde indígena, suas dificuldades e suas respectivas vivências, para que sejam ampliados os olhares e percepções sobre o tema.

Silva (2014) afirma que a inclusão da diversidade cultural no currículo deve ser relacionada primeiramente ao reconhecimento das especificidades inerentes a determinados grupos sociais. Neste sentido, segundo as pesquisadoras, o Curso de Medicina da UNIVALE viabiliza o contato com representantes indígenas, sobretudo Maxakali, o que modifica o olhar dos estudantes e reforça a importância da abordagem empática e inclusiva nas consultas e futura atuação profissional.

Somado a isso, é perceptível que ainda há uma grande barreira a ser atravessada pelos estudantes no que diz respeito ao conhecimento intercultural, visto que a maioria dos estudantes estão submersos em uma bolha social que os cercam e que os impede de ver de forma empática as dificuldades vivenciadas por essas populações ao longo de todos esses anos, as quais lutam para sobreviver em um mundo opressor e excludente.

É notada também, diante da realização de atividades de iniciação científica, a carência da literatura relacionada ao tema, reforçando a importância do desenvolvimento de estratégias de pesquisa e extensão que culminem em reflexões abrangentes sobre a realidade da população indígena, as reais necessidades relacionadas e potencialidades do processo de cuidado à população indígena.

Sabe-se ainda que é inerente à participação em um projeto de iniciação científica o desenvolvimento de diversas habilidades como a de trabalhar em grupo, o enriquecimento do espírito de equipe, desenvolvimento de habilidades de falar em público e de se expressar pela escrita, além da autonomia e desenvolvimento de habilidades de busca, levando a questionamentos e desenvolvimento de habilidades de pesquisa (PIROLA, 2020).

Assim, durante as pesquisas realizadas e vivências relacionadas, percebe-se o quanto essas populações lutam por espaço e saúde de qualidade dentro das suas particularidades, e embora a urgência em garantir uma atenção básica à saúde indígena seja evidenciada inclusive em fóruns nacionais, como a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena em 2018, a necessidade da implementação de uma educação mais abrangente sobre as minorias para que os profissionais de saúde sejam, então, competentes em relação a aspectos culturais, ainda é uma realidade nacional.

A educação médica, quando se trata da saúde indígena, ainda levanta questões sobre o modelo biomédico e suas limitações na abordagem intercultural. Estudos apontam que a falta de enfrentamento dessas questões durante a formação profissional indica a necessidade de repensar o modelo biomédico e suas implicações na saúde ao longo dos anos (FAGUNDES; FARIAS, 2011).

Aliado a isso, embora o SUS disponibilize ações voltadas para os povos tradicionais, a abordagem muitas vezes fragmentada evidencia a lacuna na discussão das especificidades dos nativos. A falta de preparo dos profissionais de saúde destaca a necessidade de uma educação mais abrangente sobre as minorias, integrando conhecimento étnico e linguístico.

Em síntese, a análise abrangente do atendimento de saúde indígena no contexto nacional revela profundas disparidades e desafios persistentes. A transculturalidade destacada pelos autores ressalta a importância de superar barreiras culturais para construir relações fundamentais de empatia e confiança, que somada a definição de estratégia clara nos cursos de saúde para abordar grupos minoritários, como os indígenas, e inclusão do tema em disciplinas além das ciências sociais, tende a gerar melhorias no cuidado à saúde indígena.

Por fim, as autoras entendem que é necessário que as novas grades curriculares dos cursos de graduação em medicina priorizem a promoção dos princípios de universalização, equidade e integralidade do SUS, para que atendam às exigências do sistema e as demandas nacionais sem distinção de grupos, associando ações complementares à formação universitária, permitindo que o acadêmico seja competente na futura atuação profissional em contextos específicos de atenção à saúde de grupos minoritários como os indígenas.

CONCLUSÃO

O estudo apresenta as percepções das discentes de graduação em Medicina da UNIVALE sobre a importância de uma política de saúde inclusiva para os povos indígenas, além da relevância da abordagem efetiva desta temática no curso de graduação. A vivência estudantil no contexto da saúde indígena proporcionou uma compreensão mais profunda das complexidades e desafios enfrentados por essas comunidades, evidenciando a necessidade urgente de uma abordagem mais sensível e inclusiva.

A constatação da negligência em relação aos cuidados prestados às comunidades indígenas destaca a urgência de repensar as práticas existentes e promover uma reflexão crítica sobre a eficácia das políticas de saúde vigentes, bem como das estratégias propostas no processo de ensino-aprendizagem das instituições de ensino, sendo destacado pelas autoras a importância da interdisciplinaridade e da promoção de espaços de diálogo que permitam a participação ativa das comunidades minoritárias como as indígenas no processo educacional.

O exemplo positivo da UNIVALE, ao integrar efetivamente as comunidades indígenas em sua abordagem educacional, destaca que a formação em saúde vai além das fronteiras da sala de aula. No entanto, a persistência da barreira do desconhecimento intercultural entre os estudantes reforça a necessidade de uma abordagem empática e uma educação que contemple a diversidade cultural desde os estágios iniciais da formação.

A escassez de literatura sobre o tema reforça a importância crítica do desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão para uma compreensão mais abrangente da realidade indígena. A implementação de uma educação mais inclusiva e culturalmente sensível é crucial para a formação de profissionais de saúde competentes em aspectos culturais, alinhando-se aos princípios do SUS. A promoção desse tipo de educação representa uma oportunidade valiosa para estabelecer diálogos e cooperação entre profissionais, serviços, gestão, formação e

pacientes, visando enfrentar e resolver os desafios com qualidade. Em última análise, as percepções das alunas ressaltam a necessidade de uma transformação significativa na abordagem da saúde indígena, integrando-a de forma intrínseca ao currículo acadêmico e à prática clínica, com o objetivo de promover cuidados mais eficazes e culturalmente congruentes para essas comunidades.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, J. S. *et al.* Relatos médicos sobre formação acadêmica e trabalho na Estratégia de Saúde da Família. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 11, n. 38, p. 01-08, 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc11\(38\)1393](https://doi.org/10.5712/rbmfc11(38)1393). Acesso em: 19 dez. 2023.
- BATISTELLA, C. **Saúde, doença e cuidado**: complexidade teórica e necessidade histórica. *In*: FONSECA, A. F. (org.) O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. Disponível em: http://www.retsus.fiocruz.br/upload/documentos/territorio_e_o_processo_2_livro_1.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº4 de 7 de novembro de 2001: Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Medicina. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de atenção à saúde dos povos indígenas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.
- BUCHABQUI, J. A.; CAPP, E.; PETUCO, D. Convivendo com agentes de transformação: a interdisciplinaridade no processo de ensino/aprendizado em saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 30, n. 1, p. 32-38, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022006000100006>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção a saúde. *In*: CZERESNIA, D. e FREITAS, C.M. (Orgs.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 15-38.
- CASTRO, N. J. C. D. O ensino da saúde indígena nos currículos e espaços acadêmicos. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 15-25, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/resa2015.v8i1.a21197>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Breve recuperação histórica sobre a política de assistência à saúde nas comunidades indígenas**. Brasília, DF: CIMI, 2013.

CUENIN, P.; PIRAUX, M. Globalização e estratégias locais: as interações global-local no caso do município de Mocajuba, na Amazônia oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 23, n. 3, p. 57-80, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8138>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CUERVO, M. R. M.; RADKE, M. B.; RIEGELL, E. M. PET-Redes de atenção à saúde indígena: além dos muros da universidade, uma reflexão sobre saberes e práticas em saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 953-963, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1364>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. *In*: CZERESNIA, D. e FREITAS, C.M. (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 39-53.

DIEHL, E. E.; PELLEGRINI, M. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 867-874, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00030014>. Acesso em: 19 dez. 2023.

FAGUNDES, L.F.; FARIAS, J.M. Abertura para o outro: o fundamento para o entendimento. *In*: FAGUNDES L.F., FARIAS, J.M. (orgs.). **Objetos sujeitos: a arte Kaingang como a materialização de relações**. Porto Alegre: Deriva, 2011. p. 03-09.

FREITAS, F. P. de P. *et al.* Experiências de médicos brasileiros em seus primeiros meses na Atenção Primária à Saúde na Terra Indígena Yanomami. **Interface**, v. 25, p. 01-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200212>. Acesso em: 19 dez. 2023.

GARNELO, L.; PONTES, A. L. **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília, DF: MEC-SECADI, 2012. p. 01-280.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no Censo Demográfico 2022**. Brasília, DF: IBGE, 2022.

MACHADO, C. D. B.; WUO, A.; HEINZLE, M. Educação médica no Brasil: uma análise histórica sobre a formação acadêmica e pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 4, p. 66-73, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n4RB20180065>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MIRANDA, A. N. de *et al.* **I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1986.

PIROLA, S. B. F. B *et al.* A importância da iniciação científica na graduação de medicina. **Revista Corpus Hippocraticum**, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-medicina/article/view/232>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SANTOS, A. F. L. *et al.* Experiências de saúde indígena com a etnia Xukuru Kariri. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 13, p. 862-874, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8050641>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SILVA, C. B. D. Profissionais de saúde em contexto indígena: os desafios para uma atuação intercultural e dialógica. **Antropos**, v. 5, n. 6, p. 03-36, 2013.

VIANA, J. A. *et al.* A atuação do enfermeiro na saúde indígena: uma análise integrativa da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 2113-2127, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-065>. Acesso em: 19 dez. 2023.